

Contratação Pública

11. Procedimento Concurso Público com publicação no JOUE n.º CPI/01/24/DCP que visa o aluguer de equipamento para diversos eventos do Município de Braga

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a autorização da despesa e das peças do procedimento mencionado em epígrafe (programa de concurso e caderno de encargos), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 9064

Data: 30/01/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Procedimento Concurso Público com publicação no JOUE n.º CPI/01/24/DCP que visa o aluguer de equipamentos para diversos eventos do Município de Braga

PROPOSTA:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a autorização da despesa e das peças do procedimento mencionado em epígrafe (programa de concurso e caderno de encargos), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

O (a) Chefe de Divisão

Anexos:

1. Informação de abertura de procedimento;
2. Requisições Internas n.ºs 39, 132 e 158,
3. Cabimentação prévia com os n.º 86668, 86688 e 86631
4. Programa de Concurso
5. Caderno de Encargos

Parecer

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para autorização da despesa e aprovação das peças do procedimento (convite e caderno de encargos pertence ao Órgão Executivo.


A chefe da DCP.

Despacho

Com fundamento na presente informação concordo com as propostas constantes do ponto 3.º da presente informação.

Remeta-se à próxima reunião de Executivo.

O Presidente da Câmara,



(Ricardo Rio)
24.12.2024

1. Informação

Data

30/01/2024

Autor

Nome

Carreira/Cargo

Chefe de Divisão da DCP

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento		Preço base (s/ IVA)	Prazo execução
CPI/1/24/DCP		2.117.588,37€	Até 31/12/2024
Objeto	Lote 1 - SOM, LUZ e SERVIÇOS TÉCNICOS	1 058 019,00 €	
	Lote 2 - GERADORES	91 504,00 €	
	Lote 3 - TENDAS, PALCOS E ESTRUTURAS DE APOIO	721 952,12 €	
	Lote 4 - STANDS	79 884,83 €	
	Lote 5 - MURALHAS	31 250,00 €	
	Lote 6 - SANITÁRIOS E AFINS	101 692,72 €	
	Lote 7 - BANCADAS	33 285,70 €	
CPV	39300000-5 Equipamento diverso		

Projeção Plurianual da Despesa (valores s/IVA)

Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Seg.s	TOTAL
2.117.588,37€	-	-	-	-	2.117.588,37€

3. Propostas de aprovação

3.1 Da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP.

- 3.2** Da fixação do preço base, nos termos do artigo 47º do CCP.
- 3.3** Da escolha do procedimento de **concurso público com publicação internacional**, nos termos do artigo 38.º do CCP.
- 3.4** Do gestor do contrato (art.º 290º-A): Cristina Bacelar, Ricardo Gomes e André Cunha.
- 3.5** Da designação do júri do procedimento, nos termos do artigo 67º, n.º1 do CCP, o qual poderá só entrar em funções caso seja apresentada mais do que uma proposta, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP.
- 3.6** Do programa de concurso, do caderno de encargos, nos termos do artigo 40.º, n.º2 do CCP.
- 3.7** Da delegação no júri, nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças procedimentais, para a decisão sobre:
- 3.7.1** Proceder às formalidades necessárias ao procedimento por via eletrónica;
 - 3.7.2** Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
 - 3.7.3** A prorrogação do prazo para a apresentação de propostas, artigo 64.º do CCP;
 - 3.7.4** A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP;
 - 3.7.5** Notificação da decisão de adjudicação e solicitar a apresentação dos documentos de habilitação e prestação de caução, quando aplicável, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, bem como a notificação a todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do n.º1 do artigo 85.º do CCP;
 - 3.7.6** A prorrogação do prazo de apresentação dos documentos de habilitação, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP e nos termos da alínea g) do .º 1 do art.º 132º do CCP.
- 3.8** Delegação nos serviços do DF/DCP – Departamento Financeiro/Divisão de Contratação Pública, as competências acima delegadas no júri, caso este não entre em funções, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP.

4. Decisão de contratar

O aluguer de estruturas de tendas, palcos e estruturas de apoio, som, luz e serviços técnicos e sanitários são necessários para apoio a eventos que se prevê vir a realizar.

O Município não tem no seu inventário, o tipo e a quantidade de material e equipamento necessário para fazer face às necessidades e como tal torna-se necessário recorrer ao aluguer.

- 5. Cabimento Prévio** N. Seq: cabimento n.º 86668 (RI 39 – Gabinete de Comunicação); cabimento n.º 86688 (RI 132 -º Divisão de Cultura) e cabimento n.º 86631 (RI 158 – Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho)

6. Escolha do procedimento (20.º)

Critério	Fundamentação	
	Direito	Facto
Valor	Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, na sua atual redação e de acordo com o artigo 474º do CCP, n.º3, alínea c) do CCP, cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2023/2495: acima dos 221.000,00 deverá a escolha do procedimento ser concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.	O valor estimado da despesa a efetuar não será superior a 2.117.588,37€, IVA excluído.

7. Fundamentação do Preço Base

Nos termos do disposto no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos foi efetuada uma consulta preliminar ao mercado com o objetivo de averiguar qual o preço médio de mercado para as necessidades aquisitivas da entidade adjudicante, ao abrigo do presente contrato.

8. Peças do procedimento (40.º/1/a))

- Caderno de Encargos (42.º a 49.º)
- Programa de Concurso (132.º)

9. Adjudicação por Lotes

Nos termos do disposto no nº1 do artigo 46º-A do Código dos Contratos Públicos, propõe-se a adjudicação por lotes.

10. Júri do Procedimento

Função	Nome	Serviço/Divisão
Presidente		Divisão Cultura
Membros efetivos		Gabinete de Comunicação
		DCP
Membros suplentes		Unidade de Segurança e Saúde no Trabalho
		DCP
		DCP
		DCP

11. Gestor do Procedimento

Nome	Serviço/Divisão
	Chefe de Divisão

12. Fiscalização Prévia Tribunal Contas

Nos termos do artigo 46.º, n.º 1, alínea b) da Lei 98/97, de 26 de Agosto – LOPTC, na sua versão atualizada, estão sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, os contratos de obras públicas, aquisição de bens e serviços, bem como outras aquisições patrimoniais que impliquem despesa nos termos do artigo 48.º, quando reduzidos a escrito por força da lei;

Nos termos do n.º 1 do artigo 48.º da LOPTC, todos os contratos de valor igual ou superior a 750.000,00€ estão sujeitos a visto prévio.

Face ao mencionado anteriormente o atual procedimento está sujeito a Visto Prévio do Tribunal de Contas e não produzirá efeitos materiais e financeiros antes da obtenção o visto prévio do Tribunal de Contas.

13. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

14. Anexos

- a. Cabimento.
- b. Programa de concurso
- c. Caderno de Encargos.

15. Assinatura

O Gestor do Procedimento.

CADERNO DE ENCARGOS

Aluguer de Equipamento

Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais.....	2
1ª. Objeto.....	2
2ª. Contrato.....	2
3ª. Prazo do contrato.....	2
Secção I – Obrigações da entidade adjudicante	3
4ª. Obrigações da entidade	3
5ª. Preço contratual	3
6ª. Modificação contratual	4
7ª. Condições de pagamento.....	4
Secção II – Obrigações do adjudicatário	5
8ª. Obrigações principais do adjudicatário.....	5
9ª. Proteção de dados pessoais	6
10ª. Responsabilidades.....	6
11ª. Dever de sigilo	7
Secção III – Penalidades contratuais e força maior	7
12ª. Penalidades contratuais.....	7
13ª. Força maior.....	8
Secção III – Resolução e subcontratação contratual.....	9
14ª. Resolução por parte da entidade adjudicante	9
15ª. Resolução por parte do adjudicatário	10
16ª. Subcontratação e cessão da posição contratual	10
17ª. Foro competente	10
Secção IV – Disposições Finais	10
18ª. Comunicações e notificações	10
19ª. Gestor do Contrato	10
20ª. Local da prestação de serviços/ entrega dos bens	10
21ª. Contagem dos prazos	10
22ª. Legislação aplicável.....	10
Parte II – Cláusulas Especiais	11
23ª. Especificações técnicas	11
24ª. Caracterização dos Equipamentos em Regime de Locação	19
25ª. Equivalência Técnica.....	19

PARTE I – Cláusulas Gerais**1ª. Objeto**

1. Procedimento n.º **CPI/01/24/DCP**.
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal o de aluguer de equipamentos para diversos eventos do Município de Braga.
3. O procedimento compreende os seguintes lotes:

Lote 1	SOM, LUZ e SERVIÇOS TÉCNICOS
Lote 2	GERADORES
Lote 3	TENDAS, PALCOS E ESTRUTURAS DE APOIO
Lote 4	STANDS
Lote 5	MURALHA
Lote 6	SANITÁRIOS E AFINS
Lote 7	BANCADAS

2ª. Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, independentemente de ser ou não reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

3ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor por um prazo de 12 meses, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.

2. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
 - a. Com contrato reduzido a escrito, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia, mas a sua execução material e financeira só se inicia após a obtenção do Visto do Tribunal de Contas.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
4. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

Secção I – Obrigações da entidade adjudicante

4ª. Obrigações da entidade

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento dos serviços/bens que lhe sejam prestados.
2. A entidade adjudicante deve fornecer ao adjudicatário a informação relevante e necessária relacionada com o contrato.

5ª. Preço contratual

1. Pela disponibilização dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao(s) adjudicatário(s) o preço constante da(s) proposta(s) adjudicada(s), em regime de fornecimento contínuo a até ao limite máximo mencionado no ponto três, de acordo com os **valores resultantes das quantidades efetivamente requisitadas e o preço unitário dos artigos constantes da(s) proposta(s) adjudicada(s)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Os valores contratuais estimados, por lote, obtidos pela multiplicação dos preços unitários adjudicados pelas quantidades efetivas não poderão exceder os seguintes montantes, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem IVA):

Lotes	Preço Base
Lote 1 - SOM, LUZ e SERVIÇOS TÉCNICOS	1 058 019,00 €
Lote 2 - GERADORES	91 504,00 €
Lote 3 - TENDAS, PALCOS E ESTRUTURAS DE APOIO	721 952,12 €
Lote 4 - STANDS	79 884,83 €
Lote 5 - MURALHAS	31 250,00 €
Lote 6 - SANITÁRIOS E AFINS	101 692,72 €
Lote 7 - BANCADAS	33 285,70 €
TOTAL	2 117 588,37 €

3. O produto da multiplicação dos preços unitários efetivos, resultante da(s) proposta(s) adjudicada(s) pelas quantidades efetivas, não pode, em qualquer caso, ser superior a **€ 2.117.588,37, no total dos lotes**, no **prazo máximo de vigência** admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).

3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:

6ª. Modificação contratual

Os prazos previstos na cláusula 3ª – Prazo do contrato, podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do adjudicatário devidamente fundamentado, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo, salvaguardando o limite temporal de 3 anos.

7ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
 - a. o artigo 36.º do CIVA;
 - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
 - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
 - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;
 - ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaeletronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com.
 - d. qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve entrar em contacto com servico.contabilidade@cm-braga.pt
2. Caso, não disponha de uma solução de faturação eletrónica, e sejam uma micro, pequenas e médias empresas, e uma entidade pública enquanto entidade cocontratante, poderá até dia 31 de dezembro de 2024 enviar faturas em PDF para o seguinte endereço: servico.contabilidade@cm-braga.pt (n.º 4 do Decreto-lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto e artigo 305.º da LOE 2024, Lei n.º 82/2023).
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
4. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com as entregas efetuadas/serviços prestados, se aplicável.

5. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens/execução dos serviços prestados.
6. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
7. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
8. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
9. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
10. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

Secção II – Obrigações do adjudicatário

8ª. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de entrega e disponibilização dos bens identificados na sua proposta;
 - b. Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;
 - c. Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato;
 - d. Obrigação da apresentação de um orçamento prévio à realização do evento, por forma a se controlar os custos de cada evento.**
 - e. Deverá ser assegurada toda a assistência técnica necessária durante a montagem e desmontagem dos diversos equipamentos e no decurso do evento, disponibilizando os recursos humanos e os equipamentos/materiais necessários à correção ou supressão de problemas que possam ocorrer, garantindo a operacionalidade, sem custos adicionais para a entidade adjudicante.
 - f. É da responsabilidade da entidade adjudicatária o envio dos termos de responsabilidade dos equipamentos, assim como, dos seguros de responsabilidade civil, descrições técnicas e outra documentação relevante para garantir que todos os bens cumprem a legislação em vigor.

- g. Todas as despesas e custos com o transporte, montagem e desmontagem dos bens, objeto do presente procedimento, de e para os locais de instalação, são da inteira responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços.
2. O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
4. Não alterar as condições das obrigações fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
5. São igualmente da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

9ª. Proteção de dados pessoais

1. O Adjudicatário obriga-se, quer na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento, quer na sua qualidade de Subcontratante, nos termos definidos nos n.ºs 7 e 8 do art.º 4º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo, entre outras, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, sendo exclusivamente responsável por implementar todas as medidas e requisitos necessários ao seu cumprimento durante a execução do contrato.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial no Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

10ª. Responsabilidades

1. O adjudicatário(s) respondem perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do(s) contrato(s), bem como daqueles que resultem

do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do(s) contrato(s).

2. Do mesmo modo, o adjudicatário responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo(s) adjudicatário(s), no âmbito da execução do(s) contrato(s), este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do(s) adjudicatário(s) a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do(s) contrato(s), em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

11ª. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção III – Penalidades contratuais e força maior

12ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento da obrigação necessária à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

13ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Secção III – Resolução e subcontratação contratual

14ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do adjudicatário:
 - a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
 - b) Prestação de falsas declarações;
 - c) Estado de falência ou insolvência;
 - d) Cessação da atividade;
 - e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.

15ª. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

16ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

17ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Secção IV – Disposições Finais

18ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

19ª. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, os gestores do contrato será identificado na fase de adjudicação.

20ª. Local da prestação de serviços/ entrega dos bens

Os bens objeto do contrato devem ser entregues, disponibilizados e montados em datas e locais a acordar com o Município de Braga

21ª. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

22ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais

23ª. Especificações técnicas

Pretende-se o aluguer do seguinte equipamento, de acordo com as quantidades estimadas:

Código	Descrição	Quantidades Estimadas	Área	Lotes
A001/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Extra-Grande) frente palco +side	41,00 €	Audio	LOTE 1
A002/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Grande) Frente e Palco	65,00 €		
A003/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Médio) Mo mesa frente	95,00 €		
A004/2022	Especificações técnicas (Audio Formato Pequeno)	136,00 €		
A005/2022	Especificações técnicas (Audio Som Ambiente)	48,00 €		
B001/2022	4 headset + 4 microfone wireless	189,00 €	Microfonia + Palco	
B002/2022	8 headset + 4 microfone wireless	177,00 €		
B003/2022	Microfonia para Banda Kit Standart	162,00 €		
C001/2022	Basic Convencional	131,00 €	Iluminação	
C002/2022	Convencional TP Pack	41,00 €		
C003/2022	Convencional Teatro	19,00 €		
C004/2022	Moving Head + Static 12 unid	99,00 €		
C005/2022	Moving Head + Static 24 unid	16,00 €		
C006/2022	Moving Head + Static 36 unid	30,00 €		
C007/2022	Static Strob 12 unid	12,00 €		
C008/2022	Arquitetural exterior	177,00 €		
C009/2022	Arquitetural interior	122,00 €		
C010/2022	Iluminação Arri 5k	34,00 €		

C011/2022	Mesa de Iluminação	43,00 €	Equipamento complementar a evento
D001/2022	Box Truss 10 x10m	46,00 €	
D002/2022	Box Truss 30 x 5 x 7 (3 meses)	1,00 €	
D003/2022	Decks palco (10 und)	36,00 €	
D004/2022	TECIDO TENSIONADO M2	1 460,00 €	
D005/2022	Passa Cabos 2 vias	1 315,00 €	
D006/2022	Passa cabos 5 vias	221,00 €	
D007/2022	Linóleo dança 12 x 10	15,00 €	
D008/2022	Estrutura Truss 6x4 com tela incluída	34,00 €	
D009/2022	Cabine de tradução Normalizada	56,00 €	
D010/2022	Sistema de Auriculares	3 410,00 €	
D011/2022	Estrutra truss Folding 10 metros altura	19,00 €	
E001/2022	Ecrã LED 3,5 x 2	57,00 €	Multimédia
E002/2022	Ecrã LED 4,5 x 2,5 m	5,00 €	
E003/2022	Ecrã LED 5,5 x 3	27,00 €	
E004/2022	Ecrã LED 7 x 4	12,00 €	
E005/2023	Ecrã LED 11 x 6	9,00 €	
E006/2022	LCD 85" com Suporte móvel	31,00 €	
E007/2022	Projektor de vídeo 7500 ANSILumens	33,00 €	
E008/2022	Projektor de vídeo 15000 ANSILumens	12,00 €	
E009/2022	Projektor de video 20000 ANSILumens	9,00 €	
E010/2022	Projektor de video 30000 ANSILumens	2,00 €	

E011/2022	Banner Led 70 x1m com estrutura em Truss 6 metros de altura	2,00 €		
E012/2022	Projektor de cinema DCP	32,00 €		
F001/2022	04 maquinas C02	10,00 €	Efeitos	
F002/2022	04 maquinas de fogo	26,00 €		
F003/2022	08 Sparkulares	23,00 €		
F004/2022	Máquina de Neve	2,00 €		
F005/2022	Máquina de Confetis	9,00 €		
G001/2022	Captação de Imagens com 3 camaras	31,00 €	Streaming	
G002/2022	Streaming	63,00 €		
G003/2022	Grua com operador	10,00 €		
H001/2022	Mobiliario de Palco Orquestra	11,00 €	Backline	
H002/2022	Bateria Backline	4,00 €		
H003/2022	Combo Guitarra Electrica	2,00 €		
H004/2022	Combo baixo electrico	2,00 €		
H005/2022	Guitarra Electrica	1,00 €		
H006/2022	Baixo Electrico	6,00 €		
H007/2022	Teclado Nordstage	2,00 €		
H008/2022	Piano C3	5,00 €		
H009/2022	Piano C7	1,00 €		
H010/2022	Piano Steinway D	1,00 €		
H011/2022	Kit DJ	10,00 €		
I001/2022	Quadro Electrico 32 A 5 P	93,00 €	Cabelagem Complementar	

I002/2022	Quadro Electrico 63 A 5P	81,00 €		
I003/2022	Quadro Electrico 125 A 5P	71,00 €		
I004/2022	Quadro Electrico 400 A 5P	19,00 €		
I005/2022	Cablagem electrica 16 A 3 P (metro)	1 257,00 €		
I006/2022	Cablagem electrica 32 A 3 P (metro)	2 753,00 €		
I007/2022	Cablagem electrica 32 A 5 P (metro)	140,00 €		
I008/2022	Cablagem electrica 63 A 5 P (metro)	730,00 €		
I009/2022	Cablagem electrica 125 A 5 P (metro)	380,00 €		
I010/2023	Cablagem Electrica 250 A 1 P (Metro)	100,00 €		
J001/2022	Gerador 100 kva	5,00 €	Gerador	LOTE 2
J002/2022	Gerador 150 kva	34,00 €		
J003/2022	Gerador 180 kva	14,00 €		
J004/2022	Gerador 250 kva	10,00 €		
J005/2022	Gerador 330 kva	10,00 €		
J006/2022	Abastecimento Gerador /h	198,00 €		
J007/2022	Sincronização	18,00 €		
K001/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,20m e 0,40m)	593,00 €	Estrados Técnicos	LOTE 3
K002/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,40m e 0,60m)	987,50 €		
K003/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,60m e 0,80m)	2 450,00 €		
K004/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 0,80m e 1,00m)	225,00 €		
K005/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,00m e 1,20m)	2 025,00 €		

K006/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,20m e 1,40m)	150,00 €		
K007/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,40m e 1,60m)	- €		
K008/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,60m e 1,80m)	- €		
K009/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 1,80m e 2,00m)	725,00 €		
K010/2022	Estrado técnico 1m2 (com pés telescópios reguláveis entre 2,00m e 3,00m)	325,00 €		
L001/2022	Palco Orbital (187,5m2) 15m x 12,5m + pre-rigg 10m	1,00 €	Palcos	
L002/2022	Palco Orbital (250m2) 20m x 12,5m + pre-rigg 15m	- €		
L003/2022	Palco Orbital (100m2) 10m x 10m + pre-rigg 5m	3,00 €		
L004/2022	Palco SRS 20m x 16,25m + pre-rig 15m	1,00 €		
L005/2022	Palco SRS 17,5m x 10m + pre-rig 10m	1,00 €		
M001/2022	Régie Orbital com 2 andares	3,00 €	Acessórios de Palco	
M002/2022	Torres PA 2,5m x 2,5m x 12m	17,00 €		
M003/2022	Torres PA 2,5m x 2,5m x 10m	3,00 €		
M004/2022	Pesos em betão 100kg 500Kg e 1000Kg	56,00 €		
M005/2022	Áreas de Serviço 3,75m x 7,5m	4,00 €		
M006/2022	Lonas ortofónicas para Torres PA	- €		
M007/2022	Escadas de palco	56,00 €		
M008/2022	Rampa de acesso	46,00 €		
M009/2022	Viga exterior em aço	5,00 €		
M010/2022	Iluminação de Serviço e Emergência	275,00 €		
N001/2022	Barreiras Anti-pânico 1m	275,00 €	Grades/Vedações	

N002/2022	Grades de Vedação	- €		
N003/2022	Grades Delimitadoras	- €		
N004/2022	Fitas extensíveis 3m	- €		
N005/2022	Malha-sol verde (ml)	- €		
N006/2022	Malha-sol opaca (ml)	- €		
O001/2022	Stand expositor M (3m x 3m x 2m)	10,00 €	Stands	LOTE 4
O002/2022	Stand expositor L (6m x 3m x 2m)	10,00 €		
O003/2022	Banca de madeira com toldo branco de pano (Posto de informação): 2,2m x 0,70m	29,00 €		
O004/2022	Casa madeira 2,5m x 2,5m	51,00 €		
O005/2022	Stands modulares 3m x 3m	22,00 €		
P001/2022	Muralha Romana	1,00 €	Muralha	LOTE 5
Q001/2022	Dome 5m	6,00 €	Tendas	LOTE 3
Q002/2022	Tenda Cónica 3m x 3m	30,00 €		
Q003/2022	Tenda Cónica 5m x 5m	13,00 €		
Q004/2022	Tenda 2 águas 5m x 5m	3,00 €		
Q005/2022	Tenda 2 águas 10m x 5m	13,00 €		
Q006/2022	Tenda orbital 10m x 5m	- €		
Q007/2022	Tenda orbital 20m x 5m	9,00 €		
Q008/2022	Tenda Tensionada 10x10 (pesos incluídos)	9,00 €		
Q009/2022	Tunel Entrada (tenda orbital)	3,00 €		
Q010/2022	Tenda 2 águas 15m x 5m	11,00 €		
Q011/2022	Tenda 2 águas 20m x 5m	4,00 €		

Q012/2022	Tenda 2 águas 25m x 5m	8,00 €		
Q013/2022	Tenda orbital 15m x 5m	- €		
Q014/2022	Tenda orbital 25m x 5m	7,00 €		
Q015/2022	Tenda de artesanato 2,40*1,5*2,2m	43,00 €		
Q016/2022	Tenda de artesanato 2,40*2,5*2,2m	36,00 €		
R001/2022	Contentor Balneário 6m x 2,44m	1,00 €	Sanitários	LOTE 6
R002/2022	Contentor Sanitário 6m x 2,44m	15,00 €		
R003/2022	Contentor Sanitário Mobilidade Reduzida + Berçário	6,00 €		
R004/2022	Contentor Camarim 6mx2,4m (com mobiliário: 2 espelhos, 3 mesas, 6 cadeiras, 1 frigorífico, 1 charrió)	12,00 €		
R005/2022	Sanitário Químico -un	56,00 €		
R006/2022	Limpeza Sanitários - un	382,00 €		
R007/2022	Contentor Posto Informação 2,44m x 2,44m	3,00 €		
S001/2022	Bancadas normalizadas com cadeiras individuais capacidade 404	3,00 €	Bancadas	LOTE 7
S002/2022	Bancadas normalizadas com cadeiras individuais capacidade 608	4,00 €		
T001/2022	Bombas de calor - un	- €	Mobiliário Complementar	LOTE 3
T002/2022	Ar-Condicionado - un	12,00 €		
T003/2022	Guarda-corpos - ml	146,00 €		
T004/2022	Alcatifa m2 com colocação	3 856,40 €		
T005/2022	Frigorífico - un	3,00 €		
T006/2022	Saia de Palco - m2	2 394,00 €		
T007/2022	Conjunto mesa + 2 bancos compridos - un	6,00 €		

T008/2022	Linóleo m2 (c/ colocação)	2 281,00 €		
T009/2022	Estruturas Biombo - ml	25,00 €		
T010/2022	Bancos compridos madeira - un	50,00 €		
T011/2022	Sofá/Poltrona Individuais - un	28,00 €		
T012/2022	Balcão de recepção - un	4,00 €		
T013/2022	Lavatório de mãos - un	12,00 €		
T014/2022	Sinalética WC e Mobilidade Reduzida (aérea e iluminada) - un	- €		
T015/2022	Pérgulas de madeira com tecido 3x3 - un	24,00 €		
T016/2022	Bolas Insufláveis c/ impressão (2m de diâmetro) - un	4,00 €		
T017/2022	Paredes em madeira (1 m x 0,20m x 2m)	20,00 €		
T018/2022	Púlpito em acrílico	2,00 €		
T019/2022	Púlpito digital	10,00 €		
T020/2022	Mesas de apoio baixas	38,00 €		
T021/2022	Mesas de conferência	4,00 €		
T022/2022	Secretárias brancas	6,00 €		
T023/2022	Puff	85,00 €		
T024/2022	Cadeiras pretas almofadadas	712,00 €		
T025/2022	Estante de Cubos	8,00 €		
T026/2022	Banco de Jardim em ferro	6,00 €		
T027/2022	Candeeiro de Jardim em ferro	5,00 €		

Nota: Constan no "Mapa de quantidades", artigos cuja quantidade estimada é zero, no **entanto é obrigatório sob pena de exclusão a indicação do preço unitário**.

A indicação do preço unitário obrigatório prende-se com uma eventual "troca de necessidades" uma vez que as quantidades são meramente estimadas.

24ª. Caracterização dos Equipamentos em Regime de Locação

Encontram-se nos documentos anexos ao presente caderno de encargos: Anexos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T.

LOTE 1 Modelos A, B, C, D, E F, G, H, I	SOM, LUZ e SERVIÇOS TÉCNICOS
LOTE 2 Modelo J	GERADORES
LOTE 3 Modelos K, L, M,N, Q, T	TENDAS, PALCOS E ESTRUTURAS DE APOIO
LOTE 4 Modelo O	STANDS
LOTE 5 Modelo P	MURALHAS
LOTE 6 Modelo R	SANITÁRIOS
LOTE 7 Modelo S	BANCADAS

Encontra-se no mapa excell designado "Anexo 1 CE" as previsões de quantidades por eventos e por unidade requisitante.

25ª. Equivalência Técnica

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 49.º do CCP, sempre que se verifiquem quaisquer menções a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção deve considerar-se, em tais casos, a menção "ou equivalente".

Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 24/01/20

O Presidente da Câmara,


(Ricardo Rio)